

# **Análise da Educação de Jovens e Adultos no câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás (IFG) na perspectiva de Paulo Freire**

Heliane Braga Coelho<sup>1</sup>

Este texto apresenta, sob o olhar dos/as educandos/as, as impressões e expectativas sobre as práticas desenvolvidas no Curso Técnico em Panificação integrado ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecido no câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás. Como aporte teórico, traz as ideias do educador Paulo Freire (1986, 1996, 2001, 2011, 2014) para dialogar com as situações abordadas, buscando compreender os principais desafios para o reconhecimento dos “saberes de experiências feitos” e a implementação de uma Proposta Pedagógica de Curso (PPC) integrada e omnilateral, ancorada numa prática humanizadora e emancipadora, que possibilite, a formação da pessoa humana, a formação básica e a qualificação profissional, e a tão sonhada verticalização para um curso profissional de nível superior.

## **1. Um breve histórico do IFG**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) teve origem no século passado, por meio do Decreto nº 7.566/1909 (BRASIL, 1909), quando o presidente Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada Estado do país. Em Goiás, a escola foi criada na antiga capital do Estado, Vila Boa, hoje Cidade de Goiás, com o objetivo de capacitar os alunos em cursos primários e oficinas profissionalizantes gratuitos, mantidos pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MOTA e SOUZA, 2016).

Para Kunze (2005) essas escolas atendiam estudantes menores de idade em situação de risco social, e sua atuação era mais corretiva do que propriamente de formação técnica profissional. Numa sociedade em que prevalecia o modelo econômico agrário-exportador, eram instruídos os filhos dos desfavorecidos da fortuna em atividades basicamente de manufatura, afastando-os dos vícios e das mazelas sociais. Como proposta, pretendiam formar mão-de-obra, conter os riscos de convulsão social que ameaçava os centros urbanos, por causa do desemprego e da falta de perspectiva da nascente classe trabalhadora após o fim do regime escravocrata, e fortalecer o governo republicano.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), na linha de pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Emília de Castro Rodrigues. Este relato de experiência é trabalho final da disciplina: Paulo Freire e Educação.

A criação dessa rede foi resposta dos governantes republicanos aos desafios existentes no início do século XX. Naquele momento, a economia nacional já sofria os impactos do capitalismo, pois a atividade industrial ainda era tímida. Todavia, esse novo modelo econômico demandava o ajustamento às exigências do capital industrializado e sua inserção dentro de um processo educativo da população nas cidades advinda da escravatura, dos trabalhadores livres, muitas das vezes caracterizados pelos dirigentes como ociosos, improdutivos, suscetível à criminalidade e à desordem social. Assim, esse grupo social foi contemplado pelos projetos do governo, a fim de torná-lo útil à sociedade daquela época. (KUNZE, 2009)

Competia, então, à educação profissional, a difusão dos valores do novo regime governamental e a formação profissional para o exercício de uma profissão, de um ofício, que tornassem esses desocupados em operários produtivos à nação brasileira, que desenvolvem hábitos do trabalho e obediência às regras, aptos a trabalharem nas indústrias. Sobretudo, fazia-se necessário “proteger a cidade contra esses ditos estéreis.” (p.23)

Logo após, na década de 30, o Brasil passou pelo modelo de desenvolvimento baseado na importação para o de industrialização, atendendo aos desafios impostos pela restrição do setor externo com a ampliação e diversificação do setor produtivo industrial (TAVARES, 1981). Para atender a demanda de mão de obra especializada do setor industrial, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, perdurando o caráter assistencialista e a função de ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas (BRASIL, 1937, art. 129).

Em Goiás, no início da década de 40, a Escola foi transferida para a nova capital, recebendo o nome da Escola Técnica de Goiânia, com a criação de cursos técnicos na área industrial, integrados ao ensino médio. Segundo Mota e Souza (2016), ainda nessa década até o final dos anos 50, a Rede Federal passou pela Reforma Capanema que pretendia estabelecer unidade no sistema educacional brasileiro, vislumbrando a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira mediante a educação. Com a promulgação Lei nº 3.552/1959, na condição de autarquia federal, a Escola foi adquirindo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, e em 1965, passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Goiás.

Somente no final do século XX, em 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-

GO), oferecendo ensino superior público e gratuito, e especializado em educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Já o câmpus Inhumas foi criado em 2006, por meio do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a denominação de Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Inhumas.(IFG, 2016b) Sua inauguração foi realizada no dia 20 de março de 2007, com a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fato que marcou os anais da história da cidade e região, sobretudo, por trazer novos rumos no setor educacional e industrial, com a oferta de cursos que integram a educação básica de nível médio e a formação técnico-profissionalizante e superiores.

Atualmente são oferecidos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Química, Informática e Alimentos, também na modalidade Educação de Jovens e Adultos: Técnico em Informática (extinto) e Panificação e os cursos superiores: Licenciatura em Química e Bacharelados em Informática (extinto), Sistemas de Informação e Ciência e Tecnologia de Alimentos.

Em 29 de dezembro de 2008, houve transformação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892/2008, visando consolidar a oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, com os principais objetivos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

De acordo com essa lei, na sua ação acadêmica, os IFs, em cada exercício, devem garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da *educação de jovens e adultos*.

Desde a implantação dessa unidade em Inhumas, o Observatório do IFG apontava baixa escolaridade dos trabalhadores da região, principalmente os que apresentavam idade acima de 30 anos, determinando a oferta da modalidade EJA integrada com a EP. Todavia, nas primeiras turmas ofertadas, apresentaram-se os maiores índices de repetência e evasão.

Em 2009, no tocante à educação dos trabalhadores formalmente empregados no município de Inhumas, cerca de 1,11% eram analfabetos, sendo que a idade destes estava compreendida entre 30 e 64 anos; 32,42% haviam cursado o Ensino Fundamental Incompleto, sendo que a maioria destes tinha idade compreendida entre 30 e 49 anos; 29,23% havia cursado o Ensino Fundamental Completo, sendo que a idade da maioria estava entre 18 e 39 anos; 30,44%, o Ensino Médio e 6,8% o ensino superior, justificando a implantação da Unidade de Ensino neste Local. (IFG, 2016c)

Atualmente, o Instituto Federal de Goiás (IFG) atende cerca de 12 mil alunos nos cursos presenciais e 2 mil alunos nos cursos de EaD, além dos alunos matriculados nos cursos FIC- Formação Inicial Continuada e nos de Extensão nos 14 (quatorze) câmpus distribuídos em todo o Estado, oferecendo desde a educação integrada ao ensino médio à pós-graduação. “Trata-se, portanto, de uma Instituição multicâmpus, pluricurricular, de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica gratuita nas diferentes modalidades de ensino.”(IFG, 2016b)

Na educação superior, conta com os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua, na forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do PROEJA. Atualmente são ofertados ainda cursos de mestrado profissional e especialização lato sensu, além dos cursos de extensão, de formação profissional de trabalhadores e da comunidade (Pronatec), de Formação Inicial e Continuada (FIC), que são cursos de menor duração, e os cursos de educação a distância. (IFG, 2016d)

O IFG tem como função social, mediar, ampliar e aprofundar a formação integral de profissionais - cidadãos, numa perspectiva de educação continuada, politécnica e omnilateral, consolidando-se como centro formador numa sociedade democrática e justa social e economicamente. Portanto, “o seu papel social é visualizado na produção, na sistematização e na difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, construída na ação dialógica e socializada desses conhecimentos.” (IFG, 2016a).

## **2. A implantação do Curso Técnico em Panificação integrado ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no câmpus Inhumas**

Conforme Resolução nº 027, de 13 de novembro de 2012, do presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, foi autorizado o funcionamento do Curso Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, no câmpus Inhumas, com (30) vagas anuais, no turno noturno, desde janeiro de 2013.

No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) postula-se a defesa de um currículo que atenda aos *desafios do mercado do trabalho*, e que o educando tome consciência de seu papel de cidadão e domine, a partir de seus saberes cotidianos, os fundamentos científicos e tecnológicos na área de Panificação, suprimindo as demandas desse ramo na cidade de Inhumas e região, com ênfase no desenvolvimento da economia.

Com a iniciação do curso pretende-se atender aos anseios da sociedade e permitir-lhes melhores condições de acesso ao trabalho e à geração de emprego e renda. A modalidade de curso PROEJA mostra-se como um caminho concreto para tornar o potencial trabalhador apto a executar habilidades práticas específicas ou qualificar o trabalhador que já atua na área e/ou que desenvolveu habilidades para o exercício profissional de maneira empírica, a partir de experiência no cotidiano.

A busca pela qualificação e atualização profissional de nível médio é uma política governamental que enfatiza a necessidade de ampliar a oferta de vagas na educação

profissionalizante, para suprir a carência de trabalhadores do mercado de trabalho. (IFG-INHUMAS, 2014, p. 5)

Nota-se um distanciamento no que está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG em relação a uma formação politécnica, omnilateral dos educandos da EJA em detrimento de uma perspectiva de formação técnica e mercadológica evidenciada com ênfase no PPC, tanto no final da justificativa: “É nesta perspectiva que o curso Técnico em Panificação está inserido, com a certeza de que a formação de profissionais qualificados suprirá o mercado” (p.7) quanto no Objetivo geral:

“formar cidadãos profissionais qualificados em panificação que tenham capacidade para contribuir na melhoria dos processos e produtos dessa área de maneira artesanal e industrializada, através da execução das normas e procedimentos técnicos, de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.”(Idem)

Somente nos Objetivos Específicos, no oitavo e último item que se destaca a importância de contribuir para uma formação mais abrangente: “Contribuir para a formação humana, ética, política e cultural do aluno.”(p. 8) Também no item Organização Curricular é reforçada a ideia de um saber puramente instrumental: “Esta proposta visa qualificar um profissional capaz de suprir as necessidades existentes no que se refere aos mais diversos processos que envolvam a área de alimentos.” (p.12)

Ao se ter o desenvolvimento de uma educação omnilateral<sup>2</sup> como proposta balizadora dos cursos da educação profissional técnica de nível médio na modalidade EJA, o câmpus precisa reavaliá-los com vistas à formação integral do educando trabalhador, e não apenas restringir-se a uma lógica mercadológica e aos saberes embutidos no domínio da técnica e da tecnologia.

### **3. O legado de Paulo Freire na educação de jovens e adultos**

A escola, como uma das instituições formadoras, deve oportunizar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos jovens e adultos trabalhadores, bem como a formação da pessoa humana e sua integralização ao mundo do trabalho. O ato de educar só faz sentido se

---

<sup>2</sup> No Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) do IFG e na prática educativa, postula-se a defesa da formação omnilateral, ou seja, verdadeiramente integral do ser humano, pressupondo, portanto, estabelecer nos currículos e na prática político-pedagógica da Instituição a articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia, nos enunciados teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos da ação educativa institucional.

estiver ancorado na dimensão humanizadora, abrindo caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Partindo dessa compreensão, humanizar-se pressupõe a influência amorosa de um educador que promova uma educação problematizadora e libertadora, que se constitua ato cognoscente que supere a contradição entre educador-educandos, quando somente um ensina e o outro aprende, mas, ao contrário, ambos se educam e se humanizam, mediatizados pelos objetos cognoscíveis e pelo mundo.(Freire, 2014)

As práticas pedagógicas precisam ser desencadeadas numa relação dialógica que busca compreender e vivenciar o sentido ontológico do *Ser Mais*<sup>3</sup>, pelo viés da cultura, da arte, da política e do próprio “eu” no mundo, assim como o autor relata sua experiência:

Na medida, porém, em que fui me tornando íntimo do meu mundo, em que melhor percebia e o entendia na “leitura” que dele ia fazendo, os meus temores iam diminuindo.

Mas, é importante dizer, a “leitura” do meu mundo, que me foi sempre fundamental, não fez de mim um menino antecipado em homem, um racionalista de calças curtas. A curiosidade do menino não iria distorcer-me pelo simples fato de ser exercida, no que fui mais ajudado do que desajudado por meus pais. (...) Eunice continuou e aprofundou o trabalho de meus pais. Com ela, a leitura da palavra, da frase, da sentença, jamais significou uma ruptura com a leitura do mundo. Como ela, a leitura da palavra foi a leitura da “palavramundo<sup>4</sup>.”(FREIRE, 2011, p. 23/24)

A palavra encarnada, na tradição judaico-cristã, é condição de vida (Almeida e Streck, 2016). Adepto a essa tradição, Paulo Freire dá sentido à sua dimensão político-educativa, afirmando que “aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra” como ato criador. Portanto, a existência, porque humana “não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformem o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo”. O mundo, uma vez pronunciado, se problematiza aos seus pronunciantes, exigindo novo pronunciar. Conclui-se, que, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” (FREIRE, 2014, p. 108)

Dessa maneira, a aprendizagem deve perpassar a mecânica codificação e decodificação das palavras, mas ajudar o educando a compreender criticamente o mundo, por meio do trabalho político de *conscientização*. A aproximação espontânea do homem em relação ao mundo não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. “A conscientização implica a travessia da esfera espontânea de apreensão da realidade para uma esfera crítica, na

3. Está relacionado à humanização dos homens, à sua vocação histórica. Esta busca do *ser mais*, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade entre os homens. (FREIRE, 2014, p. 105)

4. Ler é entender o mundo para além das palavras. A leitura da “palavramundo” estica a fantasia, a capacidade de ver as cenas e personagens que não podem ser vistas com os olhos e que, por isso, atçam a imaginação.

qual a realidade se oferece como objeto cognoscível e na qual o homem assume um posicionamento epistemológico.” (FREIRE, 2016, p. 56)

Quanto mais os educandos compreendem e problematizam a realidade social, mais se sentirão desafiados a transformá-la. “A compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada.” (FREIRE, 2014, p. 98) A educação tanto pode tornar o educando mais adaptado, apassivado ao mundo e às suas opressões, quanto pode libertá-lo, tornando-o sujeito de direito, construtor de sua história.

Na concepção antropológica de Paulo Freire, as categorias da liberdade e da libertação se entrecruzam, quando afirma que a finalidade da educação é humanizar, é emancipar o povo, é libertá-lo da realidade opressora e da injustiça. *Mas que escola? Que tipo de educação? Quais projetos e programas? Que perfil de cidadão queremos formar?*

A principal finalidade da educação é tornar o homem sujeito histórico. “Só é instrumento válido se estabelece uma relação dialética com o contexto social em que o homem está enraizado.” (FREIRE, 2016, p. 67) Dessa forma, as práticas pedagógicas devem estar imbricadas com as práticas sociais, e estas intrinsecamente associadas à dimensão humana. Em suma, à escola compete o processo de (des) humanização do homem.

### **3.1. Os relatos dos educandos**

A partir deste tópico, analisaremos os depoimentos dos/as educandos/as da EJA do Curso Técnico em Panificação do Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás, identificando, à luz dos ideais freireanos, aspectos convergentes e divergentes à prática educativa humanizante e libertadora, centrada em experiências estimuladoras em favor da produção do conhecimento, do empoderamento<sup>5</sup> e da formação integral dos educandos.

Paulo Freire, comprometido radicalmente com a transformação social, defende que o processo de emancipação deve se dar no diálogo com os outros, sempre a partir da problematização, da emersão da realidade, das situações-limite para vislumbrar os atos-limite.

“No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima

---

<sup>5</sup> Dentro do amplo referencial freireano, é importante realçar que o empoderamento não é apenas um ato psicológico, individual, mas um ato social e político, pois o ser humano, para Freire (1969), é intrinsecamente social e político, é pessoa = relação. À medida que as pessoas tomam consciência (conscientização), vão também se libertando (libertação). Pode-se dizer que empoderamento está intimamente ligado à conscientização, tanto assim que em alguns países, como no Canadá, conscientização foi inicialmente traduzida por *empowerment*.



de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das situações-limites.” (FREIRE, 2014, p.126)

Quando pensamos no público da Educação de Jovens e Adultos, vimos que as histórias se repetem. São sujeitos jovens e adultos trabalhadores, donas de casa, mães e pais de família e idosos que precisaram, um dia, abrir mão de sua formação educacional para sobreviver na luta pelo trabalho, pelo pão. Educandos que, por repetidas vezes, tiveram em seus históricos marcas de descontinuidades e repetências, mas, que, ainda não perderam a esperança. “Como *seres em situação*, os homens se encontram enraizados em condições de tempo e espaço que os marcam e são igualmente marcadas por eles” (FREIRE, 2016, p. 66). Porém, à medida que essas condições os desafiam a agir sobre elas, são capazes de pensar sua própria existência, para transformá-la. Como ilustram os depoimentos da educanda Cleide e do educando Márcio – 1º ano Panificação):

“Bem...eu parei meus estudos muito cedo por causa do trabalho, me casei mas sempre quiz voltar à sala de aula; já tinha visto outros cursos EJA que terminaria logo mas no entanto não ia me fornecer o ensino adequado, até mesmo pelo tempo de curso. E nesse ano como moro perto do IFG passando via faixa, resolvi procurar e já fiz minha inscrição sem mesmo saber o que eu iria fazer. No dia da palestra e entrevista foi que me informaram o que seria o curso no qual me inscrevi então começaram as aulas, e cada dia fui gostando mais e mais. É um curso onde estou aprendendo, não vou apenas sair com um diploma; são professores muito capacitados para isso. E eu tenho divulgado muito sobre o curso para as pessoas porque são poucas as pessoas que intendem o que técnico em Panificação. E seu que vou sair daqui sabendo, gosto do curso, dos professores, dos colegas e recomendo.” (30-06-2016)

“O Curso tem trazido grade expectativas para entra numa aria que dezivolve o curso que venho estudando no EJA. O Professor tem ido muito bem com suas matéria. Eles realmente preocupa com nosso estudo é não que quer os alunos saia do curso sem ter aprendido o correto. Eu como aluno tenho agradado das aula de Matemática e Seguransa do Trabalho. A professoras tem dado a aula com tanto amor que as materia entra na nossa cabeça. Eu espero pratica isso na minha vida profissional.” (Márcio Rodrigues – 1º ano Panificação/30-06-2016)

Por isso, para ser válida, “a educação precisa levar em conta, ao mesmo tempo, a vocação ontológica do homem – vocação a ser sujeito – e as condições em que ele vive: em determinado local, em determinado momento, em determinado contexto.” (p. 67). Uma educação que prepare homens para além da produção de meios para a sobrevivência, mas que contemple a cultura, a política, a arte, a ciência como eixos constitutivos dessa formação, e o trabalho como ato de criação da vida humana, processo histórico, no qual o homem transforma a natureza e a si mesmo; e de emancipação, pois aprende ao pensar, ao fazer.

“Ao ingressar neste curso, eu não tinha noção do que eu aprendi até agora. Estou dando mais valor na minha vida e nas outras pessoas aqui estão em volta de mim, o aprendizado esta sendo ótimo, aos poucos estou aprendendo mais e mais eu quero saber. Gosto dos cursos e dos minicursos que a gente aprende mais ainda. Conhecer

novas pessoas, fazer novas amizades, poder fazer as comidas no laboratório em equipe foi muito legal. Eu só estou com um pouco de dificuldade em Empreendedorismo, mas estou começando a entender aos poucos, mas tenho fé que eu chego lá. Estou dando um novo valor enriquecido para o meu crescimento, antes eu não tinha valor agora eu sinto que eu tenho. A teoria x prática é muito boa porque a gente interage com os colegas a gente trabalhou em equipe muito bom. As pessoas nos trata muito bem. Agradeço, obrigada!” (Maria Aparecida – 1º ano Panificação/30-06-2016)

Percebe-se, nos depoimentos da turma do 1º ano, uma grande expectativa em relação ao curso. Motivados pela realização pessoal de um dia concluir a educação básica e, ao mesmo tempo, adquirir qualificação profissional, esses educandos veem na Educação de Jovens e Adultos a possibilidade de se apropriarem desse campo de direitos, outrora a eles negado, não só pela cultura escolar elitista, mas pela herança desumanizadora que ainda herdamos do modelo socioeconômico neoliberal, que os expulsa da escola para atuar em trabalhos precários, temporários, incertos.

“Minhas expectativas é de realizar um sonho de concluir o ensino médio e o curso técnico em Panificação. Por ter sido muito tempo parada de estudar (há 20 anos) para trabalhar e constituir família, achávamos que iria ser muito difícil mais no entanto tive um pouco de dificuldade mais agora estou adaptando bem. O impacto positivos e que não estou saído tão mal na minha vida mim ajudou em melhor na disciplina estou um pouco confusa mais a relação entre a teoria e prática? É que estamos tendo dificuldade. Principalmente na disciplina de Empreendedorismo estamos tendo falta de material para fazer as avaliações. Assim, podemos melhorar tanto no nosso aprendizado como no dia a dia para o nosso futuro.” (Marley Aparecida – 1º ano Panificação/30-06-2016 )

Um educador progressista não pode estar alheio as diversas formas de pensamento e vivências que os educandos trazem. “O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos” (FREIRE, 1996, p. 86). O diálogo deve começar com o conteúdo programático e o meio em que eles estão inseridos. Todavia, nem sempre esses alunos são respeitados na sua identidade, na sua singularidade, no seu ritmo, na sua diversidade de saberes...

Ao analisar os depoimentos das turmas iniciais e finais, identificamos alguns sinais de (des) contentamento por parte dos/as educandos/as no decorrer do curso. Quando questionados se o curso atendeu ou está atendendo suas expectativas, eles responderam:

“Não totalmente, pois faltou mta comunicação entre Coordenador do Curso, neste ano. Os aspectos positivos é que foi realizado mtos aprendizado como Sictet em Biblioteca, em Gyn. (...) Os impactos é demais conhecimento que traz pra vida no

dia-a-dia. porém os conhecimentos que tive no curso foi o aprendizado em laboratório, a aula prática de como manuseá-lo as receitas. Que mais me marcou foi a aula de música no 4º Ano Panificação.” (Aluno 2 não identificado – 4º ano Panificação/30-06-2016)

“Sim, gosto muito do curso, tenho aprendido bastante. Professores competentes, comprometidos a ensinar e tem cumprido com o dever. Pontos negativos: E o tempo muito longo, *com pouca prática*, isso desanima os alunos que acaba desistindo, as salas são muito quentes e os ventiladores não funcionam.” (Mirian Bueno – 2º ano Panificação/30-06-2016)

Mesmo diante da aceitação das práticas metodológicas de alguns professores e dos conhecimentos obtidos, dos 22 (vinte e dois) educandos matriculados no 1º ano de 2015, 17 (dezessete) descontinuaram o curso, alegando: a) dificuldade de conciliar trabalho x estudo (6); b) questões familiares (4); c) aprovação no Enem (2); d) não se identificou com o curso (2); e) dificuldade de adaptação aos estudos (1); f) migrou-se para a rede estadual (1); e g) sem contato (1). Nesse ano, mais 3 (três) desistiram, sendo (2) para cursar ensino supletivo de 6 meses numa escola particular, e (1) complicações na gravidez, restando na turma apenas 2 (dois) educandos<sup>6</sup>.

O dilema da descontinuidade, da evasão escolar, se repete anos após anos no Câmpus Inhumas do IFG mesmo sendo garantido, por lei, o direito à educação, a permanência e o êxito. Veremos a turma do 1º ano deste ano de 2016. Dos 18 (dezoito) matriculados no início do ano letivo, restaram apenas 5 (cinco). Os demais justificaram dessa maneira: (1) Trabalho noturno; (2) Já tem Ensino Médio completo; (2) Não se identificou com o curso; (1) Lactante; (1) Problemas familiares; (3) Transferidos para a rede estadual; (1) Doença na família; (2) Sem contato.

A questão do direito à educação e a garantia da permanência e êxito estão assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei no 9.394/1996, e, mais recentemente, no Plano Nacional de Educação – PNE – Lei no 13.005/2014. No caso da educação profissional está complementada ainda pelo Decreto 5.154/2004. (IFG, 2016b)

Isto posto, há que se considerar, os diversos condicionantes que se interagem para a elevação dos índices de evasão. Conforme levantamento junto à turma, além dos fatores individuais, há os internos da própria instituição e os externos relacionados a realidade social dos educandos. Assim, a evasão não pode ser vista isoladamente, envolve as dimensões política, socioeconômica, cultural e educacional, e estas convergem e influenciam o sujeito a desistir dos estudos, seja temporária ou permanente.

---

<sup>6</sup> Dados obtidos por meio do acompanhamento diário da frequência escolar nas turmas.

O Censo Escolar nos dá uma amostra da “pedra no meio do caminho” entre a realidade educacional e o que está previsto na legislação brasileira. Em 2012, a educação de jovens e adultos apresentou queda de 3,4% (139.292), totalizando 3.906.877 matrículas. Desse total, 2.561.013 (65,6%) estão no ensino fundamental (inclui EJA integrada à educação profissional e Projovem-Urbano) e 1.309.871 (34,4%) no ensino médio (inclui EJA integrada à educação profissional). (BRASIL, 2013) E o mais grave, a Pnad/2014, apresenta um contingente de quase 88 milhões de pessoas no país que não concluíram a educação básica. O atendimento aos jovens e adultos trabalhadores está muito distante do que deveria ser. Esses dados apontam que não está acontecendo a verticalização tão esperada dos alunos do ensino fundamental da EJA para o ensino médio, visto que o perfil etário dos anos iniciais é superior aos anos finais, fato que pode ser relacionado aos altos índices de evasão e repetência.

Para Machado e Rodrigues (2013) a EJA precisa ser assumida como política pública de Estado, e instituída como direito público e subjetivo, rompendo com a ideia assistencialista e compensatória que a constituiu desde a implantação das oficinas de artes e ofícios que propunham a instrução aos filhos dos desfavorecidos da fortuna em *atividades de manufatura, a fim de torná-los em homens de bem e úteis para a sociedade industrial*. Vale destacar que, desde a década de 40, se consolidaram no país ações educacionais voltadas à classe trabalhadora, dentre elas, o programa que mais se destacou, nos anos 2005/6, foi o Proeja, apresentando na sua gênese, arcabouço legal, aporte financeiro e decisão política. Contudo,

ter arcabouço legal, financiamento e ações compartilhadas são fundamentais para que uma política pública se consolide, *mas não são suficientes (grifo nosso)* dado que o campo da decisão política depende, em grande medida, do impacto que o programa ganha no âmbito da política nacional. Os condicionantes que cercaram o Proeja para sua constituição como política pública, ou seja, oferta de cursos, pesquisa e formação continuada, debatidos e analisados por diversas pesquisas, apontam suas potencialidades e limites. Cabe destacar, talvez, o componente decisivo para o surgimento de “uma pedra no meio do caminho”, como já dizia Drummond, nesse processo de consolidação da estratégia Proeja, sua invisibilidade numérica (MACHADO e RODRIGUES, 2013, p. 379)

Soma-se aos altos índices de evasão, a inexistência de uma política permanente de investimento estrutural e de formação de professores que contemple uma prática educativa humanizante, centrada em experiências estimuladoras em favor da produção do conhecimento e da autonomia de educadores e educandos (FREIRE, 1996, p.145). Também, deve-se analisar em qual medida as práticas pedagógicas viabilizam ou não, os mínimos para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional.

Entrementes, a ação pedagógica não pode ficar restrita a um saber teórico, instrumental, mas deve formar o sujeito numa concepção mais ampla, enquanto *ser* político, epistemológico e amoroso (REIS, 2011). Quando lemos o depoimento da idosa Gerotina, compreendemos que o ato educativo deve ser constituído no exercício de liberdade, de esperança, e de consciência como ser inacabado:

“Sim, atendeu as minhas expectativas, Na minha vida mudou muito, ajudou em meu dia-a-dia, à entender muitas coisas que não avia aprendido. Não estou à procura de Qualificação Profissional, apenas de aprendizagem, Sou idosa e vi aqui uma forma de aprender o que por alguns motivos não pude aprender antes, gosto muito de cozinhar e uma matéria que me chamou muito atenção foi de Panificação pois levo para a minha vida pessoal o que aprendo aqui, agradeço a paciência de cada professor que me ajuda, *O que podea ser melhorado são os maquinarios do laboratorio de Panificação, pois por mais que os professores fazem o possível para um Bom aprendizado, faz falta a parte de Prática nos maquinarios que não estão estalados.*” (Gerotina – 4º ano Panificação/30-06-2016)

A educanda, integrada ao seu contexto, faz referência as suas relações com o mundo e com as circunstâncias que a levaram, apesar da idade avançada, a reconhecer suas condições de humanização, refletindo, decidindo e transformando a realidade que a cerca, com esperança e fé. Juntamente com os colegas, percebe o potencial transformador da educação e suas fragilidades, como também reconhece a possibilidade histórica de tornar-se *homens-sujeitos* assim como dizia Paulo Freire (2014), que exercita a sua liberdade em comunhão com os outros.

“Sou do Curso Técnico em Panificação, estou cursando o 4º ano. O curso não atendeu minhas expectativas, pois poderia ter sido melhor. No curso temos ótimos professores, mas sabemos também que não depende só deles. Todos os conteúdos foram muito importante para mim. Pois eu estava há trinta e dois anos afastada da escola. *Entre teoria e prática, aprendi muito com teoria, prática não.* Temos bons laboratórios, equipamentos ótimos, mais vejo que esta faltando mais participação do campus com matérias-primas e funcionamento de maquinários. Empreendedorismo com a professora Marcia, tem sido para mim uma correção de meus erros no passado. Hoje, com as aulas dela já tenho uma nova visão. Temos também a Prof. Simone c/ aulas de Panificação. Prof. Angel c/ Gestão Ambiental, enfim todos foram de grande importância.” (Aluno 1 não identificado – 4º ano Panificação/30-06-2016)

Para Paulo Freire (2014) o homem integrado é o *homem sujeito* enraizado e humanizado que dialoga e age em comunhão com os outros. Entretanto, esse mesmo homem poderá se situar no mundo como acomodado, adaptado, passando a existir como objeto coisificado, desenraizado, desumanizado. Dessa maneira, não é capaz de transformar a sua realidade, mas ajustar-se, adaptar-se a ela. E a educação se situa nessa polaridade: tanto pode ser instrumento de *emancipação*, tornar o homem sujeito, tanto pode ser de *adaptação*, torná-lo objeto, ajustado à realidade, submetido a uma elite hegemônica que lhe apresenta *o que dizer, o que fazer*. Assim, “afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e

sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto, coisifica-se” (p.61). Assim, o homem vai se tornando um simples espectador, ajustado ao sistema, distanciando-se da sua vocação ontológica de *Ser Mais*.

Esses depoimentos trazem à tona os desafios político-pedagógicos, citados, à priori, no Documento Base do Proeja, que é a consolidação de um “projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, (...) mas que vise uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.” (BRASIL, 2007, p. 8). Assim como relata um aluno do 4º ano Panificação:

“Sou aluno do técnico em Panificação, infelizmente não atendeu as minhas expectativas, esperava mais em relação a aprendizado sei que não é culpa dos professores, álias, alguns deles, perguntando à alunos que já fizeram cursos técnicos também não tive Bons resultados, mas também aprendi muito com as matérias que gosto e que tem professores Bons. Há sim relação entre teoria e prática, aprendi muito com teoria infelizmente prática não. A parte de Gestão Ambiental com o professor Angel foi a que mais me marcou, pois é usada na maioria dos cursos e em qualquer outra formação acadêmica. Me indentifico muito também com a materia de Panificação com a Professora Simone. O que falta pra mim e mais participação do campus em relação ao Curso de Panificação, laboratórios com todos os maquinarios funcionando assim seria um otimo curso.” (30-06-2016)

As possibilidades de superação desses desafios são incipientes, pois se esbarram na ideia de que os cursos do Proeja devem ser de curta duração, veja o depoimento da educanda Adriane Garcia – 2º ano:

“ (...) nos acrescenta mais em sabedoria e em relação ao aprendizado penso que deveria ser um curso mais em curto prazo pois por ser um curso EJA com curso técnico. Aprendo mais sobre os alimentos como armazena-lo, tendo total realidade com o da vida prática. *Sugestão: Ter mais aulas práticas.*” (30-06-2016)

Ou destinados à certificação e a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado, com *pouca integração entre teoria e prática* tão evidenciada nos depoimentos dos/as educandos/as, seja pela falta de maquinários, seja pelo *esvaziamento da proposta do currículo integrado*, tendo como resultado, na maioria das vezes, a insatisfação dos educandos e a inclusão excludente.

Dessa forma, a EJA ainda se constitui de estilhaços do passado, herança que se materializa, para muitos, na ideia de um ensino supletivo, precarizado, de menor valor social, e na sua invisibilidade tanto pelo poder público, quanto pelas instituições de ensino que sustentam suas práticas na formação “unilateral” desses sujeitos, contribuindo para sucessivas descontinuidades e para o fechamento de turmas.

#### 4. Considerações finais

A instalação das Escolas de Aprendizes e Artífices consolidou-se como o processo embrionário de escolarização do ensino profissional, mesmo com funções socioeconômicas, socioculturais e políticas adversas. Mas, que, ao longo do século XX, sofreu reconfigurações, e hoje contribui para o avanço da pesquisa de forma mais técnica e específica, além da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico, tendo como maior desafio, a formação da pessoa humana, para além da lógica do capital.

O IFG, no Plano de Desenvolvimento Institucional<sup>7</sup> (PDI) para o quinquênio 2017-2021, tem contemplado nas suas discussões, a formação dos jovens e adultos trabalhadores na esteira de um contingente de quase 88 milhões de pessoas que não concluíram a educação básica<sup>8</sup>. Por isso é imperioso fazer cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, em seu art. 37,

a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996).

Sobretudo, nesse período de crise educacional, político-econômica, com a ascensão de um governo ao poder que se configura “Golpe de Estado” legitimado mediante a aprovação do Impeachment da Presidenta Dilma no último 31 de agosto, a educação de jovens e adultos se configura, mais ainda, como campo de luta e resistência nas arenas desse país. Seguem-se, diuturnamente, cortes de financiamentos para a educação e programas sociais, além de repressões físicas e ideológicas nos trazem a lembrança da Didatura Militar na tentativa de intimidar, de silenciar o grito dos excluídos, das classes trabalhadoras, dos setores democráticos, dos movimentos sociais na defesa de seus direitos fundamentais e subjetivos garantidos na constituição.

<sup>7</sup> O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é o documento que identifica a Instituição no que diz respeito ao seu papel social, à sua filosofia de trabalho, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve.

<sup>8</sup> O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, na meta 10, estabelece o mínimo de 25% das matrículas de EJA na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, e a adoção de projetos pedagógicos diferenciados e específicos, capazes de atender à enorme diversidade desse público e que busquem conciliar a heterogeneidade de faixas etárias em uma mesma sala, dando conta de suas expectativas, necessidades e ritmos.

Em se tratando da EJA, mantém-se a ideia de um ensino precário, assistencialista, implantada por meio de programa e não como política pública, que traz, na sua Proposta Pedagógica uma lógica de formação que atenda ao mercado, e não numa perspectiva mais ampla, para o mundo do trabalho. Na verdade, as práticas educativas pouco se aproximam da expectativa da maioria dos educandos. Não são trabalhadas ações afirmativas de gênero e de raça, passando pelo viés da inclusão. Soma-se a isso, a resistência de alguns docentes, que, por desconhecer os fundamentos pedagógico-ético-político-filosóficos que sustentam essa modalidade, realizam uma prática que não atendem às reais necessidades de formação dos/as educandos/as de EJA e tampouco reconhecem seus saberes e competências para elevação de escolaridade, contribuindo cada vez mais para o distanciamento entre eles e a elevação dos índices de reprovação e evasão.

Mais do que nunca, é preciso reacender as chamas dos movimentos sociais e dos fóruns na defesa de uma educação libertadora que faça renascer nos oprimidos a esperança, a liberdade, a responsabilidade e o compromisso com sua emancipação. Não é possível vislumbrar justiça e transformação social com esse retrato sombrio, antiético e descompromissado da realidade educacional de nosso país. Por isso, pensar numa educação que alcance as camadas populares, os jovens e adultos trabalhadores, os idosos, as mulheres, os povos ribeirinhos e das regiões do campo, os negros, os índios e homossexuais, é responsabilidade de cada educador/educadora progressista que tem compromisso pedagógico-ético-político com essa gente, tão invisibilizada e marginalizada socialmente.

Segundo Rodrigues (2008) precisamos trilhar os caminhos da esperança iniciados pelos militantes do Movimento de Educação de Base - MEB<sup>9</sup>, que propunham uma Educação Popular firmada no compromisso com a classe trabalhadora e a serviço dela, não prescindindo da escuta, do estar junto, numa relação dialógica, para tomar seus saberes de experiências feitos como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos, para estudo e pesquisa, reconhecendo que o processo educativo perpassa a escola e vai para além dela, nas lutas cotidianas, nos desafios do mundo do trabalho, na organização social pelos direitos a uma vida digna, com qualidade social.

Também urge retomar os princípios da conscientização e da participação popular como bandeiras de luta para uma educação humanizadora que vislumbre a transformação

---

9 O MEB-Goiás exerceu papel de alfabetizador/educador e de intelectual orgânico que, *com* o povo, com as camadas populares esteve junto no sentido de contribuir para que se elevassem sócio-histórico-político-ético-econômico e culturalmente, numa relação dialógica defendida pelo método de Paulo Freire, tecendo reflexões teórico-práticas a partir da realidade, proporcionado, “instrumentos de luta, com vistas à transformação das estruturas sociais capitalistas”. (Rodrigues, 2008, p.290)



social. Compreender, através da práxis docente, os desafios e os embates da educação no decorrer da história de nosso país e o seu papel no processo de (de)formação e emancipação do homem. Desafios estes que até o presente momento ainda estão postos diante de nós, e que nos leva a refletir: *Ainda é possível influenciar pessoas numa perspectiva humanizadora num contexto político-econômico marcado pelo fatalismo e determinismo, resultado de uma sociedade coronelista, neoliberal e capitalista? Ou ainda corroboramos as práticas tradicionais, conservadoras e excludentes que mantêm as assimetrias da nossa sociedade pela via dos sistemas educacionais?*

Destarte, me reporto a Paulo Freire, quando, no livro *Política e Educação* (2001), nos ensina a afastar o olhar da realidade que está posta para vislumbrarmos a História como possibilidade.

"Esta inteligência da História, que descarta um futuro predeterminado, não nega, porém, o papel dos fatores condicionantes a que estamos mulheres e homens submetidos. Ao recusar a História como jogo de destinos certos, como dado dado, ao opor-se ao futuro como algo inexorável, a História como possibilidade reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência e da subjetividade, da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. Reconhece o papel da consciência construindo-se na práxis; da inteligência sendo inventada e reinventada no processo e não como algo imóvel em mim, separado quase, de meu corpo." (p. 47)

Eis aí o desafio daqueles que ainda se arriscam nas trilhas esperançosas da Educação Popular libertadora, que busca atender as demandas e expectativas dos sujeitos trabalhadores, e promover uma formação integral, omnilateral, comprometida com a transformação da sociedade, rompendo com a lógica do capital.

## 5. Bibliografia:

ALVES, Thiago et. al. Jovens e adultos não escolarizados – uma multidão de invisíveis. In: OLIVEIRA, Edna Castro et. al. (Org). *Educação de Jovens e Adultos: trabalho e formação humana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p. 167 – 190.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959*. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30dez. 2008a, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação básica: 2012 Resumo Técnico*. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja): documento base*. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação básica: 2012 Resumo Técnico*. Brasília, DF, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. e SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler*. Em três artigos que se completam. 51 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 38ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 40ª reimpressão. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança*. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Política e educação: ensaios* / Paulo Freire. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012-2016*. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/images/arquivos/2014/pdi.pdf>. Acessado em: 2 de set de 2016a.

\_\_\_\_\_. *Plano Estratégico de Permanência e Êxito*. Goiânia, agosto 2016b. 146 f. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Visão IFG. *Sistema de Visualização de Relatórios Acadêmicos*. Disponível em: <http://visao.ifg.edu.br/>. Acessado em: 02 setembro de 2016c.

\_\_\_\_\_. Site Oficial. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/index.php/instituicao>. Consulta em: 02/09/2016d.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS – CÂMPUS INHUMAS. *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Panificação integrado ao Ensino Médio na modalidade Proeja*. IFG, Inhumas-GO. Fevereiro 2014. 44 f.mimeo.

KUNZE, Nádia Cuiabano. *Primeira política nacional de educação profissional do regime republicano: propósitos e resultado de sua implantação no Brasil e em Mato Grosso*. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. 2, Cascavel:Unioeste, 2005.

KUNZE, Nádia Cuiabano. *O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro*. In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. v. 2, n.2 (nov 2009). Brasília:MEC, Sectec. 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. *A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; NEVES, Magda; MACHADO, Lucília e outros. Trabalho e Educação. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

Jornal Opção. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/taxa-de-analfabetismo-em-goias-e-menor-que-no-brasil-51408/>. Consulta em: 27/08/2016.

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. *Educação de Jovens e Adultos – Relação Educação e Trabalho*. In: Revista *Retratos da Escola*. Brasília, v. 7, n. 13, 2013. p. 373-385. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 01 set. 2016.

MOTA, Luzia Matos; SOUZA, Ruberley Rodrigues de. *O lugar da pesquisa na trajetória da educação profissional no Brasil: das Escolas de Aprendizizes Artífices aos Ifs*. IN: Coleção Instituto Federal de Goiás: História, reconfigurações e perspectivas. v. 2. Goiânia : IFG, 2016. pp. 15-45

PEREIRA, Josué; FREITAS, Jullyana; CASTRO, Mad'Ana. *O Proeja a formação dos jovens e adultos trabalhadores no IFG: rumo a uma educação emancipatória?* IN: Coleção Instituto Federal de Goiás: História, reconfigurações e perspectivas. v. 3. Goiânia : IFG, 2016. pp. 157-180

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. *“Enraizamento de Esperança”*: As bases teóricas do Movimento de Educação de Base de Goiás. Tese de Doutorado. Goiânia-GO. 2008. 315 f.

REDIN, Euclides; STRECK, Danilo R.; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). *Dicionário Paulo Freire*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 9.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.